

## PORTARIA Nº 340/2008-GRE

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Considerando a necessidade de promover políticas de desenvolvimento e fortalecimento da ciência e da tecnologia na UEM, por meio do incremento da pesquisa básica e da pesquisa aplicada;

considerando a necessidade de valorizar a atividade criativa de invenção e de propriedade intelectual, desenvolvida no âmbito da UEM;

considerando a necessidade de fortalecer as parcerias da UEM com empresas, órgãos de governo e demais organizações da sociedade civil;

considerando o disposto no Artigo 16, da Lei 10.973/2004, que estabelece a necessidade de constituição do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) pela Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), com a finalidade de gerir sua política de inovação;

considerando o disposto Artigo 26, Inciso XXI, do Estatuto da UEM,

### RESOLVE:

**Art. 1º** Criar o Programa **Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)**, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

**Art. 2º** Aprovar o regulamento do Programa **Núcleo de Inovação Tecnológica**, conforme anexo, parte integrante desta portaria.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Maringá, 18 de abril de 2008.

*Prof. Dr. Décio Sperandio*  
**Reitor**

## **REGULAMENTO DO PROGRAMA NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS FINALIDADES**

**Art. 1º** O Programa **Núcleo de Inovações Tecnológicas – NIT** vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), tem a seguinte finalidade:

**I** – apoiar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamentos, inovações e outras formas de tecnologias;

**II** – apoiar a implementação da política de propriedade intelectual da UEM;

**III** – avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa;

**IV** – avaliar a solicitação de inventor independente para adoção de invenção;

**V** – opinar pela conveniência e promover a proteção dos pesquisadores públicos e das criações desenvolvidas na UEM;

**VI** – opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na UEM, passíveis de proteção intelectual;

**VII** – acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção de títulos de propriedade intelectual da UEM;

**VIII** – opinar sobre acordos e contratos de parceria, de transferência de tecnologia, de licenciamento e de prestação de serviços compatíveis com os objetivos dispostos na Lei nº 10.973/2004 e sobre a cessão de direitos da criação que for da sua responsabilidade;

**IX** – estimular, gerir, organizar e fortalecer as ações de parceria da UEM com empresas e entidades dos setores público e privado, integrando as ações relacionadas ao conhecimento, à inovação e às pesquisas tecnológicas;

**X** – apoiar pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias no âmbito da UEM;

**XI** – propor e apoiar a realização de eventos técnico-científicos;

.../

**XII** – estimular a ação conjunta da UEM com entidades públicas e privadas na área de formação tecnológica de recursos humanos, nas suas diversas modalidades;

**XIII** – compor e gerenciar o fundo para a manutenção das atividades do NIT.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ESTRUTURA E DA COMPETÊNCIA**

**Art. 2º** Para a consecução de suas finalidades, o NIT tem a seguinte estrutura:

**I** – Conselho Superior.

**II** – Coordenação Geral.

**III** – Conselho Técnico.

#### **Seção I**

##### **Do Conselho Superior**

**Art. 3º** O Conselho Superior é a instância máxima deliberativa e normativa do NIT, com a seguinte composição:

**I** – vice-reitor, que o presidirá;

**II** – pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;

**III** – pró-reitor de Extensão e Cultura;

**IV** – assessor de Planejamento;

**V** – diretor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

**VI** – diretor do Centro de Ciências Agrárias;

**VII** – diretor do Centro de Ciências Biológicas;

.../

**VIII** – diretor do Centro de Ciências da Saúde;

**IX** – diretor do Centro de Ciências Exatas;

**X** – diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes;

**XI** – diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas;

**XII** – diretor do Centro de Tecnologia;

**XIII** – representante do Conselho Técnico.

**Art. 4º** Ao Conselho Superior compete:

**I** – estabelecer políticas e objetivos, traçar as estratégias de trabalho e aprovar os programas do NIT;

**II** – elaborar, aprovar e modificar o Regimento Interno do NIT, definindo seus objetivos e estratégias;

**III** – avaliar o desempenho do NIT;

**IV** – acompanhar as ações do NIT zelando pela compatibilização das mesmas com as orientações superiores e propor novas ações.

**Art. 5º** O Conselho Superior se reunirá ordinariamente a cada ano e, extraordinariamente, quando necessário, por convocação de seu presidente.

**§ 1º** As decisões serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

**§ 2º** Podem participar das reuniões, pessoas diretamente interessadas nos assuntos em pauta, desde que convidadas, sem direito a voto nas deliberações.

## **Seção II**

### **Da Coordenadoria Geral**

**Art. 6º** A Coordenadoria Geral será responsável pelas ações executivas do NIT, com a seguinte composição:

.../

- I** – diretor de Pesquisa da PPG, que coordenará o NIT;
- II** – chefe da Divisão de Propriedade Intelectual da PPG;
- III** – chefe da Divisão de Centrais de Apoio à Pesquisa da PPG;
- IV** – representante da Assessoria de Planejamento;

**Art. 7º** À Coordenadoria Geral compete:

- I** – acompanhar as ações do NIT, zelando pela compatibilização das mesmas com as determinações legais e com a política institucional de estímulo à propriedade intelectual da UEM e propor ao Conselho Superior novas ações;
- II** – assessorar o Conselho Superior e o Conselho Técnico do NIT na organização e na estruturação das suas atividades;
- III** – receber, avaliar e encaminhar os pedidos de proteção à propriedade intelectual dos pesquisadores da UEM, procedendo a abertura dos processos e o acompanhamento dos mesmos junto aos órgãos de proteção;
- IV** – facilitar as parcerias público-privadas a serem desenvolvidas;
- V** – efetuar buscas de informações tecnológicas em bancos de dados e bases de patentes;
- VI** – estabelecer cooperações com as empresas e entidades de economia solidária e facilitar as parcerias público-privadas;
- VII** – promover a articulação entre pesquisadores, empresários e investidores;
- VIII** – viabilizar as solicitações de inventores independentes e as propostas de contratação de serviços, de acordos e de convênios;
- IX** – promover a criação e a implantação de um escritório de transferência de tecnologia;
- X** – regular a prestação de serviços compatíveis com as atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica;
- XI** – manter contato permanente com o Núcleo de Inovação Tecnológica do Paraná (NITPAR/SETI), Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI/TECPAR), Rede de Inovação e Tecnologia do Paraná (RITEC/TECPAR), e com os demais colegas da Rede de Gestão da Propriedade Industrial no Estado do Paraná.

**Art. 8º** Ao coordenador geral do NIT compete:

- I - administrar e representar o programa;
- II - supervisionar, coordenar e orientar as atividades do mesmo;
- III - gerir a aplicação dos recursos destinados às atividades do programa;
- IV – solicitar os recursos necessários ao bom desempenho das atividades;
- V - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico ou outras reuniões que se fizerem necessárias;
- VI - promover e assegurar a articulação do programa com outros órgãos e instituições afins;
- VII - coordenar a elaboração e a apresentação dos relatórios anuais de atividades, dos relatórios de pesquisa e de outras formas de apresentação dos resultados dos trabalhos do programa;
- VIII - cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;

### **Seção III**

#### **Do Conselho Técnico**

**Art. 9º** O Conselho Técnico será composto por 10 (dez) pesquisadores com reconhecida contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, convidados pelo pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UEM.

**Art. 10** Ao Conselho Técnico compete:

- I – avaliar e opinar pela conveniência da proteção de criações desenvolvidas pelos pesquisadores da UEM;
- II – avaliar e deliberar sobre solicitação de inventores independentes para adoção de invenção;
- III – opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;

.../

**IV** – opinar quanto a conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na UEM, passíveis de proteção intelectual;

**V** – apoiar a elaboração e acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da UEM e dos seus pesquisadores;

**VI** – analisar e emitir pareceres sobre:

**a)** a viabilidade social, técnica, econômica e financeira, bem como o impacto qualitativo dos projetos e convênios propostos pelo NIT;

**b)** a contratação de assessoria em acordos e convênios propostos pelo NIT;

**c)** as solicitações de inventores independentes quanto à adoção de suas invenções na UEM;

**d)** a proposta orçamentária do NIT para integrar o orçamento da UEM;

**e)** as matérias no âmbito de sua competência.

**Art. 11** O Conselho Técnico se reunirá extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do coordenador do NIT.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12** Todos os convênios, contratos e outros ajustes firmados pela UEM, relacionados com a transferência de tecnologia, o licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação, a prestação de serviços tecnológicos, a proteção da propriedade intelectual no âmbito da UEM, deverão ter parecer do NIT, bem como de outras matérias inerentes às disposições da Lei nº 10.973/2004.

**Art. 13** Os convênios, contratos e outros ajustes referidos no Artigo 12 deste regulamento deverão prever um percentual dos recursos envolvidos e repassá-los para dotação orçamentária específica destinada à administração e à manutenção das atividades do NIT.

**Art. 14** Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pelo coordenador do NIT, ouvido o Conselho Superior.